

Significações do Trabalho Infantil para famílias acompanhadas pelo PETI de um município catarinense

*Significance of Child Labor for families monitored by PETI in a
Municipality of Santa Catarina*

Resumo

O presente artigo se apresenta como produção científica no campo da Psicologia Social Comunitária e teve como objetivo compreender a significação atribuída ao trabalho durante a infância/adolescência por famílias acompanhadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) de um município catarinense de grande porte. A significação do trabalho infantil, tema pouco explorado na literatura acadêmica, se apresenta como um processo de mediação de signos da cultura e práticas intergeracionais. Visando a compreensão da realidade social em sua complexidade, delineou-se uma pesquisa qualitativa fundamentada na perspectiva sócio-histórica, desenvolvida durante estágio curricular no PETI. Os instrumentos utilizados na obtenção das informações foram as entrevistas semiestruturadas e um questionário sociodemográfico, a interpretação dos resultados se utilizou do método de análise de conteúdo, pelo qual foram elencadas categorias analíticas para orientar o diálogo entre os discursos dos sujeitos e a bibliografia especializada sobre o tema. Os resultados indicam a valorização moral do trabalho como elemento central do processo de significação, a vivência de trabalho infantil se apresentou de forma ambígua pois, apesar de gerar danos e violações de direitos fundamentais, surge nos discursos como solução para as questões da vulnerabilidade socioeconômica, marginalidade e criminalidade. A discussão produzida neste artigo se mostrou relevante por fornecer subsídios teóricos para qualificação da prática da psicologia social comunitária no âmbito das políticas públicas.

Palavras-chave: Trabalho Infantil. Psicologia Sócio-Histórica. Assistência Social. Políticas Públicas.

Abstract

This article presents itself as scientific production in the field of Community Social Psychology and aimed to understand the significance attributed to work during childhood/adolescence by families monitored by the Child Labor Eradication Program (PETI) in a large municipality in Santa Catarina. The significance of child labor, a topic little explored in academic literature, presents itself as a process of mediation of cultural signs and intergenerational practices. Aiming to understand social reality in its complexity, a qualitative research was designed based on the socio-historical perspective developed during a curricular internship at PETI. The instruments used to obtain the information were semi-structured interviews and a sociodemographic questionnaire. The interpretation of the results used the content analysis method, through which analytical categories were listed to guide the dialogue between the subjects' speeches and the specialized bibliography. The results indicate the moral valorization of work as a central element of the process of significance, the experience of child labor presented itself in an ambiguous way because, despite generating damage and violations of fundamental rights, it appears in discourses as a solution to issues of socioeconomic vulnerability, marginality and crime. The discussion produced in this article proved to be relevant at providing theoretical support for qualifying the practice of community social psychology within the scope of public policies.

Key words: Child Labor. Socio-Historical Psychology. Social Assistance. Public Policies.

1 Introdução

“Uma pessoa trabalhadora significa ser uma pessoa bem vinda, né? Ao lar, ao conhecimento, com pessoas estranhas e entre família. Ele já tem nome, trabalhador! Já é uma grande escolha, já não é o vagabundo” (Miguel), o depoimento foi escolhido para abrir esse estudo por expressar a significação do trabalho infantil de modo contundente e emblemático, ou seja, o trabalho infantil é significado como algo positivo, que constrói o caráter e afasta o sujeito de ser rotulado como improdutivo ou marginal.

O uso da mão de obra infantil se apresenta como uma realidade histórica quase atemporal. Contudo, a consciência de suas consequências negativas para o

desenvolvimento e seu controle através de mecanismos legais são elementos recentes, datados no início do século XIX durante a revolução industrial inglesa. No contexto global, a partir da criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram elaboradas convenções reguladoras da exploração da mão de obra, na qual se incluiu o trabalho infantil através das convenções nº138, 182 e 190 (Farias; Farias, 2019).

No contexto brasileiro, o desenvolvimento do tema acompanha os marcos globais. O país é signatário das convenções supracitadas e tem, a partir da Constituição Federal de 1988, a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, os quais devem ser garantidos pelo Estado. Tais direitos são descritos e tutelados pela Lei n.8069 de 1990, a qual institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerado uma das legislações mais avançadas da área à nível global (Bezerra, 2006).

Nesse sentido, a perspectiva teórica da Psicologia Sócio-Histórica, a qual orienta este trabalho, orientou o olhar dos pesquisadores para uma análise qualitativa do trabalho infantil a partir de relatos de pessoas que vivenciam tal fenômeno. Compreendendo os sujeitos e as subjetividades como produções histórico-culturais, que se constituem na linguagem através da mediação dos signos de cultura num processo dialético entre a realidade material e a dimensão semiótica (Molon, 2015).

É na dimensão semiótica que se forma a unidade dialética do pensamento e linguagem (Molon, 2015), é nela que podemos entender a mediação dos signos de uma cultura, de elementos inter-psíquicos para intra-psíquicos, através do processo de significação. Na significação diferencia-se a função nominativa, onde a palavra é o atributo de um objeto (referente) seja ele concreto ou abstrato, da função significativa, que independe da nomeação e surge posteriormente através de um desenvolvimento intra-psíquico. No processo de desenvolvimento, a criança inicia utilizando a palavra como um atributo do objeto, sendo a comunicação através de referentes comuns e não de significados compartilhados, ou seja, ainda não se estabeleceu a função significativa (Molon, 2015).

A função significativa se estabelece em intersubjetividade quando, no sujeito, surge a relação entre referente (objeto) e significante (palavra). A significação se difere do significado na medida em que a primeira é o processo interno de união entre significante e referente no signo (culturalmente demarcado), já o segundo não se localiza em nenhum dos dois, ao mesmo tempo que faz parte de ambos. Sendo assim: “o significado possibilita a linguagem e o pensamento, porém está num sujeito, mas não em

um sujeito individual e sim em um sujeito em relação, em intersubjetividade” (Molon, 2015, p. 108).

Os estudos acadêmicos sobre a problemática do trabalho infantil no contexto latino-americano têm sido desenvolvidos com foco nas características gerais do trabalho infantil e na avaliação dos mecanismos de combate a este fenômeno nas políticas públicas (Silva et al., 2019).

Em busca realizada pelo pesquisador nas bases de dados Scielo e Google acadêmico em abril de 2023, utilizando as palavras-chave “significação do trabalho infantil” e “sentidos do trabalho infantil”, foram encontrados 03 artigos publicados entre os anos de 2015 a 2023 que tiveram como participantes da pesquisa vítimas de trabalho infantil (Dantas et al., 2015; Alberto et al., 2016; Santana; Ristum, 2022).

A escolha das referidas palavras-chave teve como objetivo relacionar o tema com a perspectiva teórica, sendo assim, é preciso considerar que os poucos resultados estão mais relacionados às palavras da busca do que ao fato da inexistência de estudos sobre a problemática. Contudo, mostrou-se evidente a escassez de produções recentes que coloquem os sujeitos do fenômeno e seus sentidos/processos de significação sobre o tema como foco central da pesquisa.

Fundamentada nas ideias de Vigotski e instituída nacionalmente a partir da “Escola de São Paulo” (Cordeiro; Spink, 2018), a pesquisa e teoria sócio-histórica em Psicologia se apresenta como uma prática ético-politicamente comprometida com a transformação social, visando uma “produção teórica e de pesquisa com esse norte: conhecimento científico como práxis, unidade entre saber e fazer” (Bock et al., 2007, p. 48). Em conformidade com tal concepção, a pesquisa desenvolvida buscou associar os conhecimentos teórico-metodológicos da Psicologia com a perspectiva de sujeitos acompanhados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na rede municipal de assistência social.

O PETI se originou na década de 90 no Mato Grosso, com o objetivo de atender crianças em trabalhos insalubres ou perigosos, sendo descrito na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa de transferência de renda, atuando diretamente com o público no contraturno escolar e na qualificação profissional dos jovens incluídos no programa (Brasil, 2007).

A partir da publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, o programa foi reestruturado e passou a atuar de forma indireta, com foco no

monitoramento e apoio técnico aos equipamentos e serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com foco na proteção social especializada. Desde então, as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são acompanhados por equipes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), equipamento da média-complexidade (Brasil, 2007).

A proteção social especializada é destinada ao atendimento de situações de risco, ou seja, pessoas que tiveram seus direitos violados, estão em situação de ameaça ou sem referências (perda total de vínculos familiares e/ou comunitários). Tem como equipamento de referência o CREAS e é subdividida em proteção especial de Média e Alta Complexidade, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014).

Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi: compreender a significação atribuída ao trabalho durante a infância/adolescência por famílias acompanhadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) de um município Catarinense. Para tal, visamos: a) entender as causas e fatores de manutenção do trabalho infantil na realidade dos sujeitos investigados; b) avaliar quais fatores exercem maior influência na constituição da significação do trabalho infantil em uma perspectiva sócio-histórica; c) e conhecer, na perspectiva dos usuários, as contribuições do PETI e dos serviços de assistência social para a realidade das famílias envolvidas na problemática.

2 Metodologia

Este estudo é uma pesquisa qualitativa fundamentada na perspectiva teórica sócio-histórica. O estudo foi realizado de forma concomitante ao estágio curricular em psicologia social comunitária, realizado dentro do PETI pelo acadêmico autor. A metodologia qualitativa é uma possibilidade de construção do conhecimento científico que considera a realidade experienciada mediante seu contexto histórico e social, essa possibilita uma maior participação do sujeito no processo de obtenção de dados e nos resultados da interpretação destes (Soares et al., 2022).

A pesquisa qualitativa sócio-histórica tem como objetivo contextualizar os comportamentos e objetos de investigação com a perspectiva dos sujeitos envolvidos e seus respectivos contextos histórico-culturais (Bogdan; Biklen, 1994). Sendo assim, a investigação ou pesquisa que adota essa abordagem não pretende obter um conhecimento

objetivo e último. O método não se coloca como a causa do conhecimento, mas como o processo de conhecimento dos fenômenos a partir de sua gênese e em seu processo de mudança, onde a objetividade e a subjetividade, o externo e o interno se imbricam numa relação dialética (Molon, 2008).

Participantes

O município foco deste estudo localiza-se no estado de Santa Catarina, é considerado de grande porte e tem gestão plena na Assistência Social, possui aproximadamente 157.000 mil habitantes (IBGE, 2021). A rede socioassistencial conta com 08 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 03 CREAS, Centro Pop, Centro Dia do Idoso, Serviços de Acolhimento institucional para Crianças e Adolescentes, entre outros serviços executados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) ou por instituições parceiras do terceiro setor. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil funciona na Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade e possui uma coordenação técnica própria, responsável pela gestão, execução de ações socioeducativas e prestação de apoio técnico aos equipamentos na temática do trabalho infantil.

Até março de 2023 o PETI do referido município tinha identificado em seu sistema 37 famílias com situações de trabalho infantil. Para a pesquisa foram convidadas 16 pessoas divididas em 8 grupos familiares, os participantes convidados eram adolescentes maiores de 12 anos, com vivência de trabalho infantil e acompanhados pelo PETI, e sua respectiva referência familiar conforme Cadastro Único. Participaram da pesquisa 05 pessoas, caracterizadas na Tabela 1, de três grupos familiares, que concordaram com os procedimentos de obtenção de informações.

Procedimentos de produção e análise das informações

O principal instrumento utilizado para a apreensão das informações foi a entrevista semiestruturada, considerado o mais adequado para pesquisa qualitativa (Vasques-Menezes; Prata, 2022). Também foi aplicado um questionário sociodemográfico com perguntas abertas e fechadas, objetivando qualificar a caracterização dos entrevistados. O projeto foi apresentado à Secretaria Municipal de Assistência Social do município, juntamente com a Declaração de Ciência e Concordância das Instituições Envolvidas e submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Planalto Catarinense (CEP/UNIPLAC). Após a aprovação da pesquisa sob parecer nº 6.120.394, foi realizado

contato com a coordenação do PETI, que disponibilizou a lista das famílias e articulou o contato com as equipes de referência dos CREAS responsáveis pelas famílias convidadas. A partir das listas, a seleção dos participantes foi por amostragem aleatória simples, adequado para situações em que a população do estudo é homogênea por proporcionar a mesma probabilidade de participação para todos da lista (Santos, 2018).

No contato com os participantes, o convite foi feito de forma a elucidar os objetivos da pesquisa, informando seu caráter exclusivo para uso científico/acadêmico, mantendo sigilo completo dos nomes dos participantes e do equipamento a que estão vinculados. Foram realizadas 05 entrevistas individuais, 3 realizadas em visitas domiciliares e 2 em equipamento da SMAS. Após elucidações iniciais, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As informações foram registradas por gravação de voz e posteriormente transcritas.

O referencial metodológico utilizado para análise dos resultados da pesquisa está descrito por Soares et al. (2022) na obra *Análise de Conteúdo: Técnicas e Estratégias* (2022), o qual pode ser aplicado para “qualquer tipo de discurso, independentemente da forma de coleta do mesmo” (Soares et al., 2022, p. 152), desde que disponível em forma de texto. O método permite que as perguntas feitas sejam estruturadas de acordo com referencial teórico do pesquisador e, ao mesmo tempo, delimita a liberdade de interpretação do conteúdo a ser analisado, não permitindo que a subjetividade do intérprete ultrapasse limites pré-determinados, contribuindo para uma maior objetividade (Soares et al., 2022).

Em conformidade com uma ótica sócio-histórica, foi utilizada a perspectiva de análise de conteúdo de Minayo (2020), que desenvolve sua metodologia a partir de uma visão histórico-dialética da realidade, propondo a divisão esquemática da análise em três etapas:

1. **Pré-análise:** momento de seleção e organização do material, onde se faz um mapeamento dos dados a serem analisados. Nesta etapa será realizada uma leitura flutuante com registro das impressões obtidas sobre o conteúdo. Em seguida, de acordo com os objetivos do estudo, são elencadas as unidades de registro e contextos com valor semântico comum, os trechos mais significativos e recorrentes no texto e as categorias de análise correlatas ao referencial teórico.

2. **Classificação dos Dados:** momento de exploração do material através de leitura exaustiva e repetida dos elementos selecionados na etapa anterior. As categorias elencadas neste momento de análise devem seguir três princípios de classificação: a) a regra deve ser única para um conjunto de categorias; b) deve permitir a inclusão de vários trechos numa das categorias do conjunto; c) as categorias do conjunto devem ser mutuamente excludentes.
3. **Análise Final:** momento de tratamento e interpretação das categorias obtidas, buscando desvendar o conteúdo implícito manifesto nos dados através de sua articulação com os referenciais teóricos da pesquisa.

Esta pesquisa seguiu os preceitos éticos dispostos no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), Resolução CFP nº 010/2005 e às exigências éticas e científicas fundamentais propostas pela Resolução CNS nº 510/2016, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

3 Resultados e Discussão

O objetivo desta seção é analisar os discursos trazidos nas entrevistas, relacionando-os com o aporte teórico que fundamenta este trabalho e com a literatura científica pertinente às categorias elencadas. As categorias foram elaboradas a partir das unidades de registro e contextos com valor semântico comum, as quais foram trabalhadas buscando desvendar o conteúdo implícito manifesto nos dados através de sua articulação com os referenciais teóricos da pesquisa segundo a metodologia indicada (Minayo, 2020).

Essa fase foi dividida em três categorias de acordo com os objetivos elencados no projeto de pesquisa: (1) “A gente quer ter alguma coisa na vida, né?” na qual foram investigados os fatores de manutenção do trabalho infantil na realidade dos sujeitos; (2) “Pra eles aprenderem ser alguém na vida” analisando os elementos do discurso que demonstram maior influência na significação de tal vivência e, por fim, (3) “Eu só vejo falar, ninguém explicou nada. Ninguém explicou o que que é”, onde buscou-se verificar e problematizar os discursos sobre as contribuições dos serviços de assistência social para problemática em pauta.

De forma complementar, seguem os dados de caracterização dos participantes, aos quais foram atribuídos nomes fictícios visando a preservação das identidades. Os

elementos de caracterização foram selecionados por sua correlação com a temática, a qual será explicitada no decorrer da análise (Santana; Ristum, 2022; Miquilin et al., 2015).

Tabela 1- Caracterização dos Participantes da Pesquisa

Nome	Idade	Sexo	Raça	Vivência de Trabalho Infantil	Evasão ou Defasagem Escolar	Parentesco	Renda per capita
Grupo Familiar 1							
Rosa	39	F	Branca	Sim	Sim	Mãe	R\$162,00
Gabriel	16	M	Pardo	Sim	Sim	Filho	R\$162,00
Grupo Familiar 2							
Marta	41	F	Negra	Não	Sim	Mãe	R\$126,00
Ivo	16	M	Pardo	Sim	Sim	Filho	R\$126,00
Referência Familiar 1							
Miguel	49	F	Branco	Sim	Sim	Pai	R\$285,17

“A gente quer ter alguma coisa na vida, né?” - As Causas e Fatores de Manutenção do Trabalho Infantil

Durante a fase de leitura das entrevistas, o primeiro elemento contextual presente em todos os discursos foi a relação causal entre a vulnerabilidade socioeconômica e a vivência do trabalho infantil:

“Eu trabalhei bem mais novo, bem mais cedo pra ter o que comer, o que sobreviver, porque pai e mãe era pobre, tudo de família pobre, aí a gente tem que tirar nos trinta(...) depois que entrou uma nova lei aí que daí eu fiz uma família que daí teve menor sem poder botar no serviço foi bem mais pior pra gente ter educação e sobrevivência, é muito mais difícil” (Miguel).

O Caderno de Orientações Técnicas do PETI reforça que, apesar de ocorrer com crianças e adolescentes de todas as classes sociais, a pobreza é um forte fator de vulnerabilidade para exploração laboral infantil (Brasil, 2007). Um estudo de revisão

bibliográfica realizado por Silva, Neto e Cassuce (2018) concluiu que o contexto econômico de recessão favorece o aumento do número de crianças em situação de trabalho infantil.

Considerando o estado de Santa Catarina, território desta pesquisa, houve dificuldade na localização de artigos recentes que avaliem tais determinantes. Contudo, uma pesquisa de análise estatística realizada em 2016 no estado apontou correlação positiva entre o trabalho infantil e os seguintes fatores: o emprego agrícola; a informalidade nas relações de trabalho; a baixa escolaridade no contexto familiar; a taxa de analfabetismo; o histórico familiar de trabalho infantil e a pobreza extrema (Mota; Jorge; Campos, 2016).

Sendo assim, infere-se a existência de um ciclo intergeracional de pobreza, baixa escolaridade e trabalho infantil, influenciado pelo baixo acúmulo de capital humano decorrente da prática exploratória durante a infância (Mota; Jorge; Campos, 2016; Emerson; Souza, 2003). A fala de Miguel reafirma a existência deste ciclo, a perpetuação dessas vulnerabilidades e violações de direitos também se faz presente na vida de seus filhos, na qual o trabalho infantil e a defasagem escolar são uma realidade. Da mesma forma, a comparação intrafamiliar dos dados da Tabela 1 também reforça a existência desses ciclos.

Além do discurso sobre a necessidade econômica, identificou-se a influência dos determinantes socioculturais sobre a problemática, principalmente através da mediação familiar de práticas e discursos sobre o trabalho. A teoria sócio-histórica pressupõe que toda atividade humana é mediada socialmente e (re)produtora de significados, se constituindo numa relação intersubjetiva (Molon, 2015).

As falas a seguir demonstram como os significados culturalmente compartilhados e as práticas mediadas no contexto familiar podem contribuir para a inserção e manutenção dos sujeitos no trabalho infantil: “(...)eu mesma tacho ele no serviço (...)é porque filho não é só pra ficar só incomodando só respondendo mãe e pai dentro de casa, né? Maroteando, respondendo coisa (...)” (Rosa). “É, eu desde pequenininho, né? [sobre quando o trabalho entrou em sua vida] meu pai ia pros sítio, eu já ia junto e fui gostando, né? É até que decidi largar os estudos e trabalhar” (Ivo).

Percebe-se na fala de Rosa elementos da significação do papel dos filhos na dinâmica familiar e sua relação com o trabalho, adquiridos em sua própria vivência familiar: “Eu já nasci trabalhando (...) eu comecei a caminhar, já aprendi, já aprendi de

tudo(...) eu já morei no sítio né? Então eu aprendi a lidar com vaca, limpar galpão, limpar a casa tudo eu aprendi, só com nove anos eu já sabia um monte de coisa” (Rosa).

Faria, Pinto e Vieira (2015) explicitam que o estilo educativo parental quanto ao trabalho, e a percepção deste pela criança através da observação direta e de conversas sobre o tema, tem um papel importante na exploração vocacional. Tal noção, originária do estudo dos processos de escolha profissional e orientação vocacional indicam a mediação cultural dos significados relativos ao trabalho, os quais serão explorados na próxima categoria.

“Pra eles aprenderem ser alguém na vida” - A Significação do Trabalho Infantil

As entrevistas demonstraram que os fatores de influência sobre a significação do trabalho infantil estão ligados a uma visão deste como fonte de aprendizado e construção do “ser alguém” e do “ser homem”, entendendo a prevalência da segunda expressão como consequência do recorte de gênero dos adolescentes envolvidos na pesquisa. Da mesma forma, a ociosidade, expressa como “mente desocupada”, se apresentou nos discursos como fator de risco para a inserção das crianças e adolescentes no mundo da criminalidade, para qual o trabalho surge no imaginário social como a alternativa viável.

Considerando os elementos semânticos comuns que mais se repetiram, elencaram-se as seguintes subcategorias: dualismo trabalho x “malandragem” - o valor moral do trabalho (1); trabalho como forma de “ocupar a mente” - a negação do direito ao lazer (2); divisão sexual do trabalho (3) e trabalho como necessidade x trabalho como autorrealização (4). É importante ressaltar que todas estas apontam a mediação cultural de valores intersubjetivos pertinentes ao processo de significação do tema, surgindo no discurso apenas como elementos da unidade dialética do signo “trabalho infantil”.

Introduzindo a discussão sobre o dualismo trabalho x “malandragem”, segue o discurso de uma mãe sobre o trabalho durante a adolescência:

“Ah eu acho legal por causa que nem o que lá o meu piá se ele não tivesse trabalhando ele podia tá nas esquina fumando, fumando maconha, bebendo e eu acho assim e é errado de não deixar uma criança um de menor trabalhar, por causa que nessa folia aí de não deixar trabalhar que eles aprontam tudo que eles querem, né? Fazem o que querem e aprontam. Eu acho que é isso.” (Marta) .

A fala de Marta demonstra a valorização moral do trabalho como alternativa/solução para a criminalidade, comumente citada ao longo das entrevistas realizadas como “malandragem/marotagem”. O Caderno de Orientações Técnicas do

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil entende que os ideais de valorização moral do trabalho, estendidos para a infância e adolescência, definidos como “mitos do trabalho infantil”, são uma das dificuldades centrais no combate à exploração do trabalho infantil (Brasil, 2007).

Reafirmando a mediação cultural deste elemento no meio familiar, temos a fala de Ivo, que expressa sua vivência de exploração no contexto de trabalho infantil como “Melhor do que ficar nas esquina aí, né? Igual muita gente que tem que eu conheço, todos meus amigos que estudavam comigo, hoje em dia eles em vez de procurar um serviço, ficam nas esquina aí. Usando droga e tudo” (Ivo).

Um estudo realizado com 67 adolescentes cumprindo medida socioeducativa no estado da Paraíba — dos quais 55 relataram vivências de trabalho infantil anteriores ao ato infracional — conclui que as vivências de trabalho infantil facilitam o acesso a contextos de envolvimento em atos infracionais (Alberto et al., 2023). Os autores também apresentam o conhecimento científico como forma de “desmitificar o trabalho infantil como antídoto à ‘marginalidade’, ainda constantemente reafirmado pelo imaginário social” (Alberto et al., 2023, p. 11).

Também relacionadas à valorização moral do trabalho, surgiram nas entrevistas falas que indicam a desvalorização do ócio, postulando a “mente ocupada” em decorrência do trabalho como algo positivo para as crianças e adolescentes em questão:

“Eles trabalhando tá ocupando a mente deles... ou igual ao [outro filho], ele o pai dele no caso levou com dezesseis anos pra trabalhar(...) Então até hoje ele trabalha e fica e é feliz. Porque ele aprendeu a trabalhar e hoje ele é um paizão... Ele é pai de duas crianças já (...) Eu acho assim que o trabalho ele ajuda... a ocupar a mente” (Rosa).

Da mesma forma, os discursos reforçam a contribuição do trabalho infantil para o desenvolvimento do caráter, da mente e da personalidade: “Ele tem dezesseis anos, mas a mente dele já é um homem(...) E ajuda muito [o trabalho], eu acho que ajuda muito a mente dele” (Rosa). As perspectivas de valorização moral do trabalho identificadas até então revelam a desvalorização do ócio e das demais atividades humanas, como o esporte, o lazer e as atividades culturais, postuladas como direitos fundamentais das crianças e adolescentes, conforme Art 4º do ECA (Brasil, 1990).

A literatura acadêmica direcionada ao estudo dos impactos do trabalho infantil sobre a saúde mental e desenvolvimento da personalidade indica consequências negativas de tal violação de direitos. A vivência prolongada de trabalho infantil tende a reduzir os

processos de socialização e escolarização — essenciais para o desenvolvimento biopsicossocial — além de induzir o sujeito a assumir papéis incompatíveis com seu nível de desenvolvimento físico, mental e moral, podendo contribuir para o desenvolvimento de problemas psicológicos e no envolvimento em atos infracionais (Alberto et al., 2023; Costa; De Souza; Kirst, 2015; Da Silva, 2014; Marques, 2012).

A distribuição de papéis de trabalho dentro da composição familiar também apareceu na entrevista relacionada à divisão sexual de trabalho em seu modelo tradicional. Quando questionados sobre o que seria “uma pessoa trabalhadora”, as respostas apresentadas demonstram claras demarcações de gênero:

“Uma pessoa trabalhadora é uma pessoa que já levanta cedo já quer fazer as coisas... Tipo assim, a mulher já quer limpar casa, quer lavar roupa... O homem trabalhador pra mim é aquele homem que você levanta, não precisa mais tá mandando. É aquele homem que levanta sabe que tem que ir pro serviço. Cê tem um serviço? Ele sabe que ele tem que ir pro serviço” (Rosa).

A divisão sexual do trabalho é uma categoria analítica das ciências sociais que aponta a diferenciação, presente em todas as sociedades, dos papéis e funções sociais atribuídos a cada gênero, os quais são modulados pelo contexto histórico e cultural. Dentre as múltiplas possibilidades de modelos e configurações, o modelo tradicional, no qual se atribui ao homem o papel de provedor e à mulher o papel de cuidadora, ainda é culturalmente relevante no contexto brasileiro, sendo estatisticamente predominante até a década passada (Kurz; Luz, 2014).

A expressão desse modelo reflete no trabalho infantil. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 divulgados no site da Childhood Brasil, indicam que a cada três crianças envolvidas em trabalho infantil, duas são meninos, entretanto, para os casos de trabalho infantil doméstico, 94% das crianças e adolescente são meninas (Childhood, 2022).

No contexto da pesquisa, o trabalho surge como parte do aprendizado para “ser homem”: “uns aprenderam [sobre seus filhos], aprenderam a ser um homem, outros já não, tão ali descansados” (Rosa). Ligada ao tema, surge também a frustração frente a necessidade do exercício dos papéis do outro gênero, como no caso de Miguel, que se encontra atualmente afastado de seu trabalho por motivos de saúde: “só eu e os filhos, não tenho mulher, tenho nada (...) porque aqui eu tenho três filho, é eu que tenho que cuidar deles, é tudo ao contrário” (Miguel).

A masculinidade, como conceito historicamente localizado, se apresenta misturada à concepção de trabalho formal. Os atributos de racionalidade, força física, competitividade, individualidade, disciplina, entre outros naturalizados como tipicamente masculinos, definem as características socialmente adequadas para o mercado de trabalho de forma geral (Eccel; Grisci, 2011). A mediação cultural destes significados sobre trabalho e identidade ligada ao masculino são determinantes na significação do trabalho no contexto dos entrevistados.

Por fim, cabe também citar a proposição aparentemente contraditória da significação do trabalho para os sujeitos dentro dos parâmetros de necessidade e autorrealização. A primeira infere a impossibilidade de escolha do sujeito frente à necessidade socioeconômica, definindo o sujeito trabalhador como aquele que “Não escolhe o serviço, faz o que precisar” (Marta). Já a segunda entende o trabalho em sua perspectiva futura, de projeto de vida, ligada à autorrealização: “Trabalho... Eu acho que é bom. É, acho que é tipo o futuro assim, né?” (Gabriel).

Considerando as teorias clássicas de motivação no contexto de trabalho, cabe citar a Hierarquia das Necessidades de Maslow, que liga o comportamento dos sujeitos a necessidades que se organizam de forma hierárquica (Gondim; Silva, 2004). Tal organização indica que em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e violação de direitos básicos, no qual não há garantia de segurança e sustento, aspectos da subjetividade como a autorrealização tendem a ser negligenciados.

O conflito entre as necessidades socioeconômicas e os elementos de desenvolvimento pessoal estão presentes na fala dos adolescentes acompanhados pelo CREAS e inseridos no PETI: “O trabalho é bom, mas o estudo era mais importante, né? Mas que nem eu falei, às vezes a gente quer alguma coisa, eles não podem dar. É por isso que fui trabalhar” (Ivo). Neste sentido, a próxima categoria de análise busca identificar no discurso dos entrevistados as contribuições da Política de Assistência Social e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para a superação desta violação de direitos.

“Eu só vejo falar, ninguém explicou nada. Ninguém explicou o que que é” - Contribuições da Política de Assistência Social

A escolha da fala acima para título desta categoria se dá pelo unânime desconhecimento dos participantes da pesquisa, acerca do papel e do trabalho do PETI dentro da política de assistência social. Entretanto, é importante ressaltar que o programa

não se propõe a atuar diretamente com as famílias onde há trabalho infantil pois, a partir de sua reestruturação histórica, busca “mobilizar e monitorar os serviços e programas para priorizar esse público e organizar o atendimento de suas especificidades” (Brasil, 2007, p. 36). Sendo assim, o acompanhamento e trabalho direto com o público em situação de trabalho infantil no âmbito do SUAS se dá nos CREAS, através das equipes do Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) (Brasil, 2014).

Entretanto, as falas dos entrevistados indicam uma visão diferente de sua relação com o SUAS: “Não, até hoje não tenho conhecimento de PETI. Ela [profissional do CREAS] me deu muita dica aqui (...) sobre ajudas, auxílios, se pedir uma ou qualquer coisa eles daria apoio pra gente né?” (Miguel). A visão da assistência social como uma “ajuda”, percebida através dos auxílios e programas de transferência de renda reforçam a problemática histórica do clientelismo e assistencialismo dentro das políticas públicas (Potrich, 2021).

O assistencialismo se apresenta como uma ação contributiva com fim em si mesma, não direcionada para a superação das vulnerabilidades e violações de direitos. Esse modo de operação tem origem na caridade cristã, fundadora histórica da assistência social brasileira que, mesmo após sua estatização e elevação ao status de direito fundamental, acaba sendo ainda comumente interpretada como “ato de bondade” do Estado ou de agentes políticos específico para com os cidadãos, fato que perpetua a relação de “troca de favores” por apoio político, característica central do clientelismo (Potrich, 2021).

Neste sentido, Castro (2018) afirma que há nas políticas públicas brasileiras um destaque para os programas de transferência de renda que, embora essenciais para a sobrevivência de seus beneficiários, estimulam o “contentamento na imediatividade proporcionada, em parte, pelo acesso a alguns bens de consumo, mas que, a longo prazo, não há perspectivas de mudanças estruturais” (Castro, 2018, p. 213).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) define o PETI como programa de transferência de renda, que se dá atualmente pela determinação de acesso prioritário ao Programa Bolsa Família para as famílias acompanhadas pelo CREAS (Brasil, 1993), fato que coaduna para a percepção assistencialista dos usuários sobre a atuação da assistência social, exemplificada na fala acima.

A orientação ampla sobre o tema e a promoção de ações claras que visem a garantia de direitos, eixo de atuação das equipes PAEFI, inexistem nas falas dos entrevistados, que demonstram indignação com os impedimentos legais sobre o trabalho infantil:

“A [profissional do CREAS] só falou pra mim ‘vai ter que tirar o teu piá do serviço que ele é de menor, não pode, não pode trabalhar, tem que estudar’ (...) Mas pras droga não existe lei, existe lei para o serviço que quer aprender, eles não dão oportunidade, tive que tirar ele do serviço por causa disso (...) a idade certa seria depois dos seus doze anos já podia começar a trabalhar, mas como a lei não permite trabalhar menor, então depois de dezoito anos segue em frente” (Miguel).

Surge então o questionamento sobre quais seriam os fatores que impedem a atuação plena dos profissionais da assistência social de forma coerente com suas atribuições. Neste sentido, os estudos realizados por Pauli (2021) e Paz (2015), evocam a realidade da precarização do trabalho no contexto do SUAS, a qual se identifica na transposição de lógicas exploratórias e modos de gestão típicos do setor privado para o setor público e na falta de condições materiais mínimas para o trabalho.

A terceirização, a contratação de profissionais temporários e a rotatividade de profissionais surgem como alguns dos aspectos de tal precarização (Pauli, 2021), pontos identificados no contexto de realização da pesquisa. A precarização do trabalho tem impacto direto no acesso e estabelecimento de vínculo com os usuários e suas famílias, “uma vez que os profissionais são chamados a intervir em múltiplas demandas, não conseguindo apreender a imensidão que se encontra nas entrelinhas de cada situação de violência” (Pauli, 2021, p. 3). A rotatividade das equipes de referência no trabalho com as famílias fragmenta as intervenções e dificulta uma análise adequada da realidade social no contexto, gerando descontinuidade nas ações de acompanhamento e orientação, contribuindo para o descrédito das políticas públicas (Paz, 2015).

Por fim, os entrevistados demonstraram ter consciência da importância do acesso à educação e ao lazer:

“Eu acho que delas tipo assim eu acho que não tem que trabalhar (...) elas têm que fazer o que é papel de criança, né? Que elas são crianças tem que fazer o que elas têm que fazer papel de criança. Brincar, estudar. Eu acho que é isso” (Rosa).

Tal reconhecimento pode ser atribuído, em parte, ao contato com os serviços do SUAS, como se percebe na seguinte fala: “É boa, né? [a experiência do acompanhamento do CREAS] eles incentivam muito a gente, né? A voltar aos estudos” (Ivo). Contudo, os discursos compatíveis com a garantia dos direitos não se traduzem em proteção efetiva dos sujeitos em questão, os quais ainda vivenciam situações de trabalho infantil e evasão escolar.

Sendo assim, compreende-se que a disseminação pública da lei, embora importante, não é suficiente para o estabelecimento de um sistema de garantia de direitos eficiente. Baptista (2012), afirma que tal construção só se faz possível através da articulação de ações interventivas “historicamente localizadas e fragmentadas” (Baptista, 2012, p. 187) em um amplo projeto político, com participação de todas as esferas da sociedade.

4 Conclusões

Considerando os objetivos que orientaram a produção deste estudo conclui-se que, no contexto local, a vulnerabilidade socioeconômica, o histórico de trabalho infantil e a defasagem escolar dentro do núcleo familiar favorecem a perpetuação de um ciclo intergeracional de pobreza e violação de direitos. Somado aos fatores socioeconômicos, evidenciou-se que os significados culturalmente compartilhados e as práticas mediadas no contexto familiar fortalecem e naturalizam a vivência de exploração.

O discurso dos entrevistados indica a valorização moral do trabalho, reconhecendo neste a função de desenvolvimento do caráter e da personalidade. Neste sentido, “ser alguém” ou “ser homem” se percebe como característica dos sujeitos que experienciam a vivência laboral. Houve também a indicação de um dualismo trabalho x “mandragem”, no qual se significa a vivência de trabalho infantil como a principal alternativa para a marginalidade e criminalidade, fato que não se verifica nas pesquisas realizadas com adolescentes em conflito com a lei.

Do mesmo modo, devido ao recorte de gênero dos adolescentes envolvidos na pesquisa, foi possível perceber a influência do modelo tradicional da divisão sexual do trabalho na atribuição de papéis dentro das dinâmicas familiares, influenciando também no tipo de trabalho atribuído aos meninos em questão. Por fim, o último elemento de significação identificado se apresentou de forma ambígua, explicitando o conflito entre o trabalho por necessidade, onde não há possibilidade de escolha de sua atividade, e o trabalho para a autorrealização, sobre o qual se projeta o futuro e a ascensão social.

Quanto às contribuições do PETI e da política de assistência social para a realidade dos sujeitos, ficou clara a percepção da assistência social como uma “ajuda”, reforçando a presença do assistencialismo dentro da organização legal e do modo de operação das políticas públicas. A aparente falta de intervenções e ações que orientem e promovam efetivamente a superação da situação de trabalho infantil se apresenta como

objeto para estudos posteriores, para a qual foi levantada nesse a hipótese de relação com a precarização do trabalho no contexto do SUAS.

Neste sentido, a atribuição de estágios curriculares nos programas e serviços da política pública de assistência social se apresenta como prática potente para a articulação entre teoria e prática, possibilitando o contato dos profissionais com o desenvolvimento acadêmico no campo da Psicologia Social Comunitária e também o desenvolvimento de intervenções psicossociais coerentes com a práxis sócio-histórica.

Por fim, espera-se que as reflexões produzidas durante a investigação dos processos de significação do trabalho infantil das famílias envolvidas no fenômeno contribuam na construção de práticas psicossociais que objetivem o rompimento dos ciclos intergeracionais de violação de direitos e a promoção de emancipação e cidadania. Tendo isso em vista, é certo que a contribuição dos usuários das políticas públicas, para os quais a academia deve abrir espaço de fala em suas produções, é indispensável.

Referências

ALBERTO, M. F. P. *et al.* Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: concepções de educandos e famílias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 36, n. 2, p. 458-470, 2016.

ALBERTO, M. F. P. *et al.* Vivências de Trabalho Precoce de Adolescentes em Medida Socioeducativa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 43, 1-14. 2023
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003252476>

BASU, K.; TZANNATOS, Z. The global child labor problem: what do we know and what can we do? **The World Bank Economic Review**, v. 17, n. 2, p. 147-173, 2003.

BAPTISTA, Myrian Veras. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 179-199, 2012.

BEZERRA, Saulo de Castro. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: marco da proteção integral. In: BRASIL. Violência faz mal à saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Cap.1, p. 13-17.

BOCK, Ana M. Bahia. **A psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. p. 15-35 In: BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, M. Graça M.; FURTADO, Odair (Org.). **Psicologia Sócio Histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2001.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FERREIRA, Marcos Ribeiro; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair. **Sílvia Lane e o projeto do compromisso social da Psicologia**. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 46-56, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822007000500018> Acesso em: 22 mar. 2023.

BOGDAN, Robert.; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, DF: MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações Técnicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**. Brasília, DF: MDS, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm . Acesso em: 9 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (Lei Orgânica da Assistência Social)** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.html Acesso em: 25 mar. 2023.

CASTRO, J. A. L.; CASTRO, D. S. L. Aspectos jurídicos da proibição do trabalho infantil e da proteção ao trabalho adolescente. In: MARQUES, M. E.; ALMEIDA, M. (Org.). **Trabalho infantil: a infância roubada**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2002. p. 61-77.

CASTRO, Márcia da Silva Pereira. **A política pública de assistência social e o estado brasileiro: assistencialismo, universalização ou focalização?**. Natal, RN: EDUFRRN, 2018.

CHILDHOOD (Brasil). **Crescer Sem Violência**: Conheça melhor o projeto “Crescer Sem Violência”, uma parceria da Childhood Brasil com o Canal Futura e a Unicef. In: Crescer Sem Violência. [S. l.], 23 set. 2022. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/serie-crescer-sem-violencia/> Acesso em: 30 out. 2023.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SPINK, Mary Jane Paris. Apontamentos sobre a História da Psicologia Social no Brasil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 1068-1086, 29 abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2018.42223> Acesso em: 22 mar. 2023.

COSTA, Elenise Martins; DE SOUZA, Ricardo Luis Vieira; KIRST, Patrícia Beatriz Argollo Gomes. Trabalho infantil: um estudo sobre os danos biopsicossociais percebidos pelos pesquisadores. **Aletheia**, n. 46, 2015.

DA SILVA, Waldimeiry Corrêa. O trabalho infantil e o dano à saúde mental: Uma realidade além da existência digna. **Derecho y Cambio Social**, v. 11, n. 38, p. 13, 2014.

- DANTAS, Luiza Maria de Holanda et al. **O trabalho infantil e a vida socioeducacional nas narrativas (auto) biográficas de crianças advindas das vilas Brasília e rio grande do norte**. 2015. 12 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Açu, RN, 2015. Disponível em: [https://www.uern.br/controledepaginas/edicao-atual-/arquivos/367830_o_trabalho_infantil_e_a_vida_socioeducacional_nas_narrativas_\(auto\)_biograficas.pdf](https://www.uern.br/controledepaginas/edicao-atual-/arquivos/367830_o_trabalho_infantil_e_a_vida_socioeducacional_nas_narrativas_(auto)_biograficas.pdf) . Acesso em: 24 abr. 2023.
- EMERSON, Patrick; SOUZA, André Portela. Is there a child labor trap? Inter-generational persistence of child labor in Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, v. 51, p. 375-398, 2003.
- FARIA, Liliana Costa; PINTO, Joana Carneiro; VIEIRA, Matilde. Construção da carreira: o papel da percepção dos filhos acerca dos estilos educativos parentais na exploração vocacional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, p. 194-203, 2015.
- FARIAS, Denise de Fátima Gomes de Figueiredo Soares; FARIAS, James Magno Araújo. Constitucionalidade, Convencionalidade e o Combate ao Trabalho Infantil. In: ARRUDA, Kátia Magalhães; FARIAS, James Magno Araújo (coord.). **Brasil Sem Trabalho Infantil**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2019. cap. 4, p. 35-50. ISBN 978-85-301-0108-4.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes; SILVA, Narbal. Motivação no trabalho. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, p. 145-176, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2021. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html> Acesso em: 22 mar. 2023.
- KURZ, Marcio Rogério; LUZ, Nanci Stancki da. Divisão sexual do trabalho no Brasil: mulher cuidadora e homem provedor?. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, [S.L.], v. 8, n. 29/30, p. 55, 1 jun. 2014. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). <http://dx.doi.org/10.3895/cgt.v8n29/30.6127>.
- MARQUES, W. E. U. Trabalho Infantil, Família, Identidade E Saúde Mental: Indagações Construídas Diante De Um Fenômeno Familiar Transgeracional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 29-42, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8863> . Acesso em: 2 nov. 2023.
- MIQUILIN, Isabella de Oliveira Campos et al. Perfil demográfico, socioeconômico e de saúde de crianças e adolescentes trabalhadores e não trabalhadores, Brasil: análise das desigualdades. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, p. 1856-1870, 2015.
- MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2020.
- MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOTA, Talita de Souza; JORGE, Marco Antonio; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Uma análise dos determinantes do trabalho infantil no estado de Santa Catarina. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 5, n. 10, p. 97-124, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Infantil**. Brasília: OIT, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-infantil/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social. **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 7, 2015.

PAULI, Cassiele Gomes; TRAESEL, Elisete Soares; SIQUEIRA, Aline Cardoso. A Precarização do Trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 39, p. 1-13, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003188301>.

POTRICH, Maithê. Clientelismo e Assistencialismo: a tradição da assistência social no Brasil. **Revista Vernáculo**, n. 48, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/download/78764/44437>. Acesso em: 13 nov.2023.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTANA, R. R. C.; RISTUM, M. Os sentidos de trabalho e escola construídos por adolescentes trabalhadores. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 34, p. Publicado em 05/12/2022, 5 dez. 2022.

SANTOS, Carla. **Manual de Autoaprendizagem: Estatística Descritiva**. Lisboa: Edições Sílabo, 2018.

SAWAIA, Bader Burihan; MAHEIRIE, Kátia. A psicologia sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 26, n. 2 2014 <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000600001>

SILVA, Raniella Orquiza da; PETERLE NETO, Waldemiro; CASSUCE, Francisco Carlos da Cunha. TRABALHO INFANTIL E POBREZA: uma análise no contexto de recessão econômica brasileira. **Rde - Revista de Desenvolvimento Econômico**, [S.L.], v. 1, n. 39, p. 463, abr. 2018. Revista de Desenvolvimento Economico. <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v2i40.5609>.

SILVA, Gisella Cristina de Oliveira et al. Características da produção científica sobre o trabalho infantil na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 35, n. 7, p. 1-18, jan. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00031018>.

SILVEIRA, Fernanda Caline; DIAS, Elaine Teresinha dal Mas. (RESENHA) SZYMANSKI, Heloisa (Org.). Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva.

5.ed. campinas. **Cadernos de Pós-Graduação**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 265-270, 19 dez. 2019. Universidade Nove de Julho. <http://dx.doi.org/10.5585/cpg.v18n2.11119>.

SOARES, Adriana Benevides; JARDIM, Maria Eduarda de Melo; MEDEIROS, Cesar Augusto Cobellas de; ALVES, Paulo Roberto Soares da Silva; RIBEIRO, Rejane; VIDAL, Luiza Vaz. Análise de Conteúdo: técnicas e estratégias. In: SOARES, Adriana Benevides et al (org.). **Metodologia Qualitativa: técnicas e exemplos de pesquisa**. Curitiba: Appris, 2022. Cap. 8. p. 151-168.

SOARES, Adriana Benevides; JARDIM, Maria Eduarda de Melo; MEDEIROS, Cesar Augusto Cobellas de; SILVA, Maria Luzia Rocha; ALVES, Paulo Roberto Soares da Silva; RIBEIRO, Rejane (org.). **Metodologia Qualitativa: técnicas e exemplos de pesquisa**. Curitiba: Appris, 2022.

VASQUES-MENEZES, Ione; PRATA, Paula. Preparação, realização e análise de entrevistas. In: SOARES, Adriana Benevides et al (org.). **Metodologia Qualitativa: técnicas e exemplos de pesquisa**. Curitiba: Appris, 2022. Cap. 3. p. 55-74.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, **1998**. 191 p.